

**SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE: DE CONSELHEIRA PROVINCIAL À
PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA, SÉCULO XIX**

Francivaldo Alves Nunes
Universidade Federal do Pará
francivaldonunes@yahoo.com.br

A sociedade agrícola e o contexto de sua fundação

Na manhã de 25 de junho de 1885, às 9 horas para sermos mais precisos, reuniram na sala da Praça do Comércio em Belém, capital da província do Pará, agricultores, comerciantes, intelectuais, políticos e militares, com o propósito de criar a Sociedade Agrícola Paraense (SAP). O ato de fundação e organização desta entidade se justificaria como ação necessária para promover os melhoramentos e benefícios da lavoura, ou como dizia um de seus fundadores, o Barão de Igarapé-Miri, proprietário de terras e engenho no Pará, “tratava-se de uma sociedade cujo fim era promover o bem da agricultura na província e reconhecer que esta era a fonte principal da riqueza pública” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01).

Achavam-se reunidos a convite do próprio Barão de Igarapé-Miri, os senhores Dr. Joaquim Gomes do Amaral, João Alvares Lobo, coronel José Evangelista de Faria Maciel, Bernardo Gomes do Amaral, Major Antônio Monteiro Baena, Dr. Antonio Joaquim d’Oliveira Campos, Francisco Gregório de Oliveira, José Soutello, Bartolomeu Dias Guerreiro, Francisco Armando de Oliveira, Maximiano Rodrigues da Silva, Francisco de Abreu Cunha Junior, Antônio Mendes Pereira, major Luiz Eduardo de Carvalho, Dr. Hildebrando Barjona de Miranda, José Borges Machado, Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Dr. Ignácio Loyola Virgolino e Dr. Acatauassú Nunes, que foram arrolados como fundadores e principais interessados na criação da nova sociedade. Na ocasião, o Barão de Igarapé-Miri foi escolhido como presidente, o Major Luiz Eduardo de Carvalho vice, o Major Antônio Baena como tesoureiro e Hildebrando Barjona de Miranda e João Alvares Lobo, secretários.

No discurso fundador da nova sociedade ficavam evidenciados os interesses de seus idealizadores. Apontavam para a falta de capitais, necessidade de braços suficientes para produção, educação profissional como ainda não presente entre os agricultores, melhoramento dos portos de embarque e desembarque de produtos no interior da província, aumento da navegação a vapor, facilidade na importação de aparelhos e instrumentos agrícolas que pudessem aumentar as forças produtivas e melhorar a qualidade dos produtos que estavam ainda desconhecidos, combate as enfermidades que atacavam as populações agrícolas e o abuso do comércio ambulante, ou de regatão, que, “se por um lado oferecia a vantagem de levar a cada lavrador as vitualhas de que

carecia, por outro servia de parasita que sugava a seiva” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01).

A reflexão anterior fazia-se referência ao que Siméia Lopes (2002, p. 75) identificou, do ponto de vista dos interesses das autoridades provinciais, como comércio clandestino na Amazônia. Nestes registros defendia-se o fim das atividades comerciais desenvolvidas pelos regatões em regiões onde a fiscalização do governo não tinha livre acesso. No caso, tratava-se do comércio realizado por comerciantes itinerantes não registrados pelo fisco e que negociavam seus produtos em pequenas canoas ou em outros tipos de embarcações pelos rios da Amazônia, abastecendo-as nos portos de Belém e vendendo suas mercadorias em diversas localidades.

Convencionalmente, estas organizações de proprietários rurais ficaram conhecidas como *sociedades auxiliaadoras*, isto por que se entendia que ao governo era concebida a atribuição de tutelar a todos os interesses sociais considerados legítimos, incluindo assim a agricultura. No entanto, embora a administração pública tivesse a obrigação de desenvolver meios que facilitassem a prática agrícola, esta necessitaria do apoio do que chamavam de cidadãos preocupados com o progresso do país, assim como das provocações e da iniciativa dos interessados em promover a lavoura. Sendo assim, auxiliar a agricultura para os proprietários de terra significava muito mais que promover o benefício de suas propriedades, mas também assegurar uma produção baseada em estudos científicos, modernos e que tivesse como perspectiva o progresso do setor agrário. Era nesse princípio, portanto, que se justificavam, ideologicamente, as sociedades agrícolas e apontava a ausência dessas entidades como também um dos males a que sofria a agricultura, pois, como destacava Ana Maria de Matos (1996, p. 397) em estudos sobre as sociedades e associações industriais oitocentistas, significava a impossibilidade da “ação de um organismo que velasse pelo bem-estar da lavoura, isto é, que perscrutasse e estudasse as dificuldades em que os agricultores enfrentavam e apontasse como estas seriam superadas”.

A SAP se inspirava em associações anteriormente criadas no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), no Rio de Janeiro, proposta em 1816 por Inácio Álvares Pinto de Almeida e inaugurada em 19 de outubro de 1827 (BARRETO, 2008, p. 03), e a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia (SACIB), fundada em 1832 e que reuniam grandes proprietários de terra do que hoje se conhece como Nordeste brasileiro (TOURINHO, 1982, p. 90). De acordo com Patrícia Barreto (2008, p. 02-03) eram entidades de caráter privado que tiveram como propósito estimular o melhoramento da indústria brasileira, entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril, através de uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e as conquistas científicas e tecnológicas, no decorrer do século XIX.

No caso da SAIN, foi criada no espírito da ilustração e era uma comunidade que se propunha

ser científica, letrada, de políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. Criada na efervescência do processo de independência surgiu, não com o caráter de dissidência ao sistema político e econômico, mas com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país, destacavam seus textos de criação (DOMINGUES, 2001, p. 23). Esta característica, que posicionava essas entidades muito mais para auxiliar as ações do governo do que confrontar as políticas públicas em torno das atividades econômicas do país, conduziu as sociedades agrícolas, motivadas por esse pensamento, a defender a transformação de uma agricultura rotineira, baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna, revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adoção tecnológica, tropicalização e variedade de culturas (ANDRADE, 2002; PERUGINE, 1978; SILVA, 1979).

Conselheira da província e propagadora científica

No Pará, a recém-fundada sociedade de agricultores assumia algumas dessas atribuições. Quando aprovava o estatuto da entidade, seus idealizadores lembravam a importância da SAIN como órgão representativo dos interesses de agricultores e industriais e que devia servir de referência para o papel e atuação que a nova associação no Pará deveria desempenhar entre os proprietários da província (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01). Esta sociedade buscava se inspirar ainda no que havia feito os comerciantes da praça de Belém, que criaram uma associação comercial com o princípio de ser representativa e promotora de seus interesses junto ao governo (MOURÃO, 1989; CRUZ, 1996).

Ao citar a associação comercial, os idealizadores da SAP destacavam que a necessidade de seguir os propósitos dos comerciantes se justificava, pois estes ao se organizar, buscavam não apenas o auxílio mútuo entre os sócios, mas intervir junto às forças públicas em defesa dos interesses de seus associados e da nação. Estes princípios deviam ser também seguidos pelos agricultores. Não se tratava de criar uma associação opositora, mas que esclarecesse a administração provincial às demandas da agricultura e como o governo poderia se posicionar diante das necessidades dos agricultores. Neste caso, a sociedade reivindicava para si um papel muito mais de conselheira da administração provincial.

Conforme o estatuto da nova sociedade agrícola seria nela admitido como sócio, as pessoas sejam homens ou mulheres, nacionais ou estrangeiros que manifestassem interesse. No entanto, como sócio honorário efetivo somente os agricultores, os demais seriam registrados como auxiliares. Esta hierarquização entre os membros é uma estratégia utilizada para manter a administração sob o controle dos proprietários agrícolas, visto que, os postos administrativos só poderiam ser assumidos

por sócios efetivos.

Enquanto órgão representativo dos agricultores, como dizia o regulamento da entidade, a SAP, além de outras atribuições, ficaria responsável em adquirir modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados ao trabalho da agricultura na província. Nesse caso, se entendia que era necessário que o agricultor ficasse atento as novas técnicas de produção, de forma a adquirir apenas a que fosse necessariamente adaptada as condições de solo e clima da região.

Esse processo de conhecimento e experimentação dessas outras formas de produzir ou de novos implementos, não era uma ação isolada do agricultor, daí a necessidade de que esses produtos fossem expostos aos demais agricultores e aconselhado o seu uso, caso estes oferecessem os êxitos e perspectiva de quem o adquiriu. Diríamos em outras palavras, que a associação desempenharia o papel de articuladora entre os proprietários de maneira a informar e estimular os agricultores quanto ao uso de novas técnicas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O incremento de novas técnicas ao cultivo e a propagação de conhecimentos científicos e úteis, como condicionantes a existência dessas associações, remetem a revolução científica do século XVII, onde o saber fazer, a técnica, seria então reabilitada, postulando assim o valor da experiência para o conhecimento, ou associando a ciência permanentemente a aplicações práticas na sociedade. Nesse contexto, o conhecimento teria a função de melhorar o mundo social, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das mais variadas técnicas dava, progressivamente, novo status aos que se apropriavam deste conhecimento. O desenvolver da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII acelerou e confirmou essa tendência da modernidade, de modo que novas ciências, com caráter expressamente técnico, puderam se afirmar em meio às classes intelectuais, como a agronomia, diretamente relacionada com atividades produtivas e as práticas rurais (ROSSI, 1989).

A modernização da província, conforme destacava a SAP, dependia da implementação desses novos saberes técnicos pelos fazendeiros e agricultores. Como instituições que se consideravam promotoras do desenvolvimento material do país, dado através da propagação de conhecimentos científicos e úteis, estas associações entendiam que o uso de modernas formas de produção é o que permitiria a melhoria da qualidade dos produtos, fazendo com que se alcançassem índices de comercialização semelhantes ou superiores aos dos países mais ricos.

Imbuídos desses princípios, levar para interior das áreas rurais do Pará a ordem e os avanços dos métodos de produção, tinha um significado ainda maior, o de propugnar uma missão civilizadora. Nesse processo de civilização era necessário considerar que as possibilidades de inovação da agricultura brasileira também dependiam, necessariamente, da atuação dos agricultores

na adoção dessas novas técnicas. Esta tarefa, a que também se submetia a sociedade agrícola, era convencer os agricultores de que a adoção desses métodos permitiria maior produção, aproveitamento da terra e melhores produtos.

É, portanto, nestas condições que o surgimento das sociedades de agricultores se associa à aspiração de que o desenvolvimento econômico depende da instituição de modernas técnicas, sendo que estas instituições funcionariam como espaços de organização e divulgação desses novos princípios tecnológicos. Isto explica a crença no seu próprio poder de acelerar o desenvolvimento material e social dos homens. Assim, todos os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas.

Os membros destas associações tinham, portanto, a incumbência de projetar e operacionalizar a civilização dos costumes agrícolas por intermédio da modernização do cultivo, ou seja, as discussões relacionadas à temática agrícola ficaram circunscritas ao aperfeiçoamento das técnicas de plantio e o tratamento dos produtos colhidos. Não se propondo um modelo reformador da estrutura agrária, estas associações serviam, ao estarem dispostas apenas a defesa e difusão de métodos modernos de cultivo, adubação e criação, para breçar ações de reforma na estrutura agrária ou mudanças no processo de apropriação das terras, relação de trabalho e distribuição das riquezas desenvolvidas nestas áreas rurais.

De acordo com Inoã Urbinati (2008), ideias e projetos de reforma agrária foram esboçados ao longo das últimas décadas da Monarquia, quando o processo de desagregação da escravidão se intensificou. Paralelamente ao progressivo declínio do regime monárquico, uma série de questões passaria a emergir com mais intensidade, como a substituição da mão de obra escrava pela livre, o aproveitamento ou não do trabalhador nacional, a imigração, criação ou não de impostos territoriais, instituição de colônias agrícolas e pequenas propriedades.

Os proprietários rurais, desejando melhorar o seu sistema de produção e auferir maiores lucros, assim como dispostos a manter as suas terras e o controle sobre a mão de obra, procuravam essas sociedades. Em outras palavras, era necessário fazer com que os agricultores se unissem e criassem grupos ou associações para discutir e propor soluções relacionadas aos problemas da agricultura nacional, sem que esses debates fossem conduzidos a qualquer alteração na estrutura fundiária. Como observa Fernando Lourenço (2001, p. 12), era necessário que a *questão agrícola*, associada a um movimento reformador das técnicas de plantio, se sobrepusesse a *questão agrária*, que dizia respeito ao processo de apropriação e uso das terras e mão de obra. As associações, ao que tudo indica, desempenhariam um importante papel nesta hierarquização, que apontava as técnicas

como mais significativas que a estrutura agrária.

Outras questões mais específicas, não menos importante, passaram a ser definidas como atribuição da SAP. Conforme seus idealizadores, esta deveria montar nos subúrbios da capital e cidades mais desenvolvidas da província, logo que permitissem as suas finanças, estabelecimentos práticos de agricultura para serem neles admitidos meninos pobres pertencentes às famílias agrícolas. A ideia era que se criassem, nestes locais, as condições para aclimatação de espécies, gerassem produtos com maior potencial econômico no comércio, servisse para a experimentação de novas práticas de cultivo que aperfeiçoasse as formas de plantio até então desenvolvidas na província e ainda “se ensinasse o uso dos mais modernos implementos agrícolas desenvolvidos nos centros mais avançados de produção” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01). Assim, a sociedade paraense também se aproximava de outras entidades fundadas anteriormente na Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro, nas quais um dos compromissos era a criação de escolas normais de agricultura.

Diligenciar a criação de um banco rural era também uma das questões a que se propunham esses agricultores. Retomando antigas discussões que permearam a defesa da implantação de instituições de crédito agrícola. A ideia era que a instituição financeira fornecesse a agricultura, por empréstimos, capitais a módicos juros e longo prazo, uma vez que entendiam, que a forma como eram financiados as melhorias das propriedades rurais condicionava os proprietários a manter permanente débito com essas instituições.

Do mesmo modo, cuidar da introdução de braços, não apenas possibilitando o financiamento da imigração de colonos, mas também dividindo essa tarefa com os poderes públicos era outra questão a que se propunha a SAP. Somava-se ainda a necessidade de representar o mau estado de salubridade dos distritos rurais e solicitar das autoridades competentes os socorros devidos; prestar aos lavradores “auxílio e coadjuvação contra os males que afetasse ou embaraçasse no trabalho da profissão”, representando e requerendo em favor deles e de seus legítimos interesse; relacionar-se e corresponder-se com os agricultores da província, diretamente ou por meio de prepostos que residissem nas principais localidades do interior, convidando-os a associarem e prestando informações dos serviços da sociedade.

O Agrário - órgão noticioso agrícola, entre outras leituras

Sobre a questão que envolve a prestação de serviço da SAP, em que o aspecto informativo toma uma dimensão importante entre os agricultores, é que se propõe a criação de um periódico, *O Agrário*. Este jornal, que segundo o Barão de Igarapé-Miri deveria facilitar a comunicação entre os

agricultores, se propunha a estabelecer uma comunicação com outros jornais agrícolas do país, de forma a publicar artigos de interesses dos agricultores (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 02). Neste aspecto, se entendia que a implantação desse periódico e as informações postadas e de utilidade dos agricultores poderia acelerar o desenvolvimento material e social das áreas rurais. Assim, os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas contidas e explicadas nesses jornais. Por isso, os periódicos agrícolas, bem como os demais textos de divulgação científica, literária e política, tinham também uma função de instruir os homens no que se identifica, para justificar a circulação desses jornais, de conhecimento racional e o conseqüente progresso produtivo.

De fato, através de uma série de reportagens tiradas de outros jornais, buscava fornecer aos agricultores provinciais “o que de mais moderno havia se criado”, como o caso da teoria da drenagem e da irrigação, “consideradas as mais reputadas das operações da engenharia agrícola”, ou ainda “os novos métodos de cultivo e preparo do tabaco amarelo, cultivados na Virgínia e com maior valor do que o fumo brasileiro”. Estas informações eram ainda acompanhadas de uma série de anúncios, a exemplo da divulgação de produtos de combate a pragas e insetos, como o “formicida Guanabara” ou o “Exterminador da Saúva”, considerado o mais eficaz destruidor de formigueiros que se encontrava naquele momento e que estava sendo comercializado no escritório de Cunha Sá & Companhia, na rua 1º de março nº 107, parte comercial de Belém (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 02).

Ainda no campo das informações que deveriam ser oferecidas aos agricultores, ressaltava “a aquisição de modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados aos trabalhadores agrícolas, pondo-os em exposição ou divulgando parte dos conteúdos desses catálogos no jornal da sociedade” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 03). Defendia-se assim a aquisição de algumas literaturas a serem compartilhadas entre os proprietários, como por exemplo: “Memória sobre a lavoura do cacau”, do Dr. J. R. de Souza, “Cabras de Caxemira, e de Angola, alpaca e seus congêneres”, “Relatório sobre a exposição universal de Philadelphia em 1876”, do Dr. Saldanha da Gama, “Colônia Orfanológica de São Paulo das Cachoeiras”, “Fundação da Escola Rural D. Pedro II na Província do Pará”, “Esboço de um manual para fazendeiro de assucar do Brasil”, “Os engenhos centrais”, “Informações sobre as comarcas da província do Pará”, “Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas”, “Informações sobre a posição commercial dos produtos do Brasil, nas praças estrangeiras”, entre muitos outros (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

A ideia era formar em algumas cidades da província gabinetes de leitura que facilitasse a divulgação dos conhecimentos técnicos entre os associados. Constituído por obras oferecidas por

sócios, quer fossem de sua autoria ou não, por ofertas de sociedades congêneres e pela compra das obras que não possuíam e consideravam fundamentais, estes gabinetes, de fato, poderiam oferecer importantes informações. No entanto, esta facilidade de informação abrangeu apenas os sócios sediados em Belém, isto por que se têm o registro apenas da implantação do gabinete de leitura situado na sede da associação, localizado na Rua Santo Antonio, nº 44, centro de comércio da capital do Pará. Os demais sócios contentavam-se com a recepção de publicações da sociedade e, eventualmente, com a assinatura de um ou outro periódico.

Fábio dos Reis (2010, p. 59) identifica no século XIX uma série de publicações direcionadas aos proprietários rurais e que poderiam está abastecendo as bibliotecas das associações de agricultores do país. Destas obras destacava-se: *Ensaio sobre o fabrico do assucar*, de Miguel Calmon Pin e Almeida, e de publicação inaugural datada de 1834; *Manual do Agricultor Brasileiro, obra indispensável a todo senhor de engenho*, de Carlos Augusto Taunay e publicado primeiramente em 1837; *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizados as necessidades médicas*, de Jean Baptiste Imbert, de 1839; *Ideas sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*, de Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, de 1855; *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios*, de Antonio Caetano da Fonseca, de 1863; *Esboço de manual de agricultura campista*, de Jerônimo Pereira Pinto, de 1869; *Memória sobre agricultura no Brasil*, de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, de 1870; *Manual de Agricultura Nacional*, de André Pinto Rebouças, de 1883; e *Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*, de José Coelho Rodrigues, de 1884.

Literaturas como *Relatório apresentado ao diretor-geral dos correios do Império pelo administrador do Pará*, *Exposition des produits de l'industrie de toutes lês nations*, *Theses sobre colonização do Brasil*, *Relatório geral da exposição nacional de 1861*, *Documentos officiaes relativos à exposição nacional de 1861*, *Atlas do relatório na exposição internacional de 1862*, *Pequeno tratado da fabricação do assucar*, *Discussão sobre a empresa assucareira do Gram-Pará*, *Roteiro da viagem do Pará até as ultimas colônias do sertão da província*, e *O Império do Brasil na exposição universal de 1878, em Philadelphia*, eram também recomendadas para conhecimento dos membros da SAP (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

De acordo com os editores de *O Agrário*, José Soares, Gonçalves Tocantins, Corrêa de Freitas, Silva Rosado, Loyola Virgolino e Acatuassú Nunes, reafirmando o que foi destacado anteriormente, diziam que este periódico serviria como veículos de difusão de informações científicas aos agricultores da província (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01). Tratava-se de destacar o

que os autores europeus escreveram sobre as atividades agrícolas e quais as propostas de técnicas inovadoras capazes de elevar a produtividade das unidades rurais; os programas de educação agrícola voltados para os futuros agricultores, fazendeiros e administradores rurais, e que se propunha a uniformizar o comportamento administrativo dos proprietários e de seus pressupostos; a melhoria e a diversificação da produção de gêneros de grande lavoura para exportação e aumento da produção de gêneros de primeiras necessidades; a visão sobre as potencialidades naturais do país e da região; a defesa do melhoramento técnico da agricultura de exportação; e a administração de trabalhadores escravos e assalariados. Estas questões estavam postas ou como reprodução direta dos jornais de onde foram publicadas originalmente, ou comentadas pelos editores, sendo que para esta última situação, era quase comum associar as condições das propriedades agrárias da província.

Considerando que *O Agrário* pode ser entendido como instrumento em que preconiza preceitos para as relações de trabalho nas áreas rurais, apresenta proposições, demonstra posicionamentos dos proprietários, tanto do modo como administram suas terras como se portavam em seus ambientes de domínio e diante das ações políticas das autoridades e outros agentes sociais, assim como posiciona a agricultura diante da economia da região e do país, que sintetizamos os elementos que justificavam a atuação da SAP. Estamos dizendo que este periódico pode auxiliar no entendimento dos interesses que levaram a constituição da sociedade que este representava.

Trabalho, imigração e extrativismo, entre outras considerações

Na edição de 1º outubro de 1885 reafirmava as vantagens de se instituir uma associação agrária no Pará. Como assinalamos, a atuação da sociedade era justificada por uma necessidade de animação da lavoura no Pará, se por um momento através de apoio financeiro, o que explica a defesa de um banco rural, também com o uso de novas técnicas possibilitadas pela aplicação da ciência no progresso da agricultura. Como diziam: “era através do conhecimento científico que o homem conquistaria a natureza e conseqüentemente com trabalho inteligente para fazer produzir a terra” (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

Duas questões pautavam, no entanto, a agenda da associação. Tratava-se da ideia de se desenvolver o que chamavam de “um trabalho mais produtivo” e a defesa do aumento da produção agrícola como necessário para tornar mais consistente à economia local. Nesta última situação se propunha a substituição da prática extrativa predominante no Pará, pela ampliação das áreas de cultivo. Sobre a proposta de um trabalho mais produtivo, esta se associava a valorização do conhecimento e da inteligência no processo de produção, o que implicava necessariamente na questão da mão de obra, ou seja, a substituição do escravo pelo imigrante europeu.

Na 5ª sessão do conselho dirigente, em 30 de agosto de 1885, era apresentada para a discussão a proposta de que a sociedade prestasse uma eficaz proteção aos colonos, que dos portos estrangeiros se dirigissem ao Pará. Neste aspecto, se reconhecia a vantagem resultante para a agricultura se a introdução de colonos livres tivesse direção e apoio dos proprietários rurais, os mais interessados com a imigração. Com isso, era sugerido que, além dos membros da sociedade, fizessem parte desta associação todos os que tivessem interesse na introdução de colonos. Seria estabelecido um fundo formado pelas ações dos sócios, a ser usado para se fazer frente as despesas dos colonos que fossem conduzidos a província. Tão logo chegassem ao Pará, os imigrantes seriam mantidos pela associação enquanto não fossem convenientemente distribuídos. Os lavradores ou fazendeiros que precisassem de colonos deveriam, então, entrar em contato com os diretores da associação e após o pagamento das despesas havidas até então, poderiam fazer um contrato por escrito (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

Considerando que muitos eram os processos empregados para tornar o trabalho agrícola mais produtivo, e que cada um desses métodos com suas aplicações práticas empregavam um sistema herdado de outras gerações ou do contato com outras experiências de cultivo, inclusive de outros povos, que se justificava a necessária importação de braços. De acordo com os membros da SAP, a presença desses novos colonos convenceria os agricultores de que não era só preciso trabalhar, mas que fosse “louvável, trabalhar com ordem e método”, pois assim, “[duplicaria] ou [triplicaria] a força produtiva, de modo que o trabalho é todo aproveitável” (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

A crítica que se fazia era quanto à atuação da maior parte dos agricultores, não só do Pará mais de outras províncias, principalmente do Sul do país, que insistiam na crença de que nas suas propriedades deveriam produzir tudo que tivessem necessidade para custeio de sua casa e pessoal. De acordo com esse modo de pensar, esses proprietários enfraqueciam suas forças de produção, “espalhando-as para abranger uma grande soma de trabalho”. Plantavam arroz, o milho, e feijão; criavam animais como porcos, bois, faziam farinha e azeite; enfim procuravam suprir-se de tudo que tinham necessidade para manter seu estabelecimento. Acreditavam que assim procedendo e economizando, o pouco que produziam no ramo a que se dedicavam e que mandavam ao mercado, indo livre de despesas, seria lucro certo, com que contava no fim de cada ano (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

Esta atitude de parte dos agricultores do Pará seguia caminho oposto ao que se propagava como método mais econômico e racional. A proposta era que o agricultor se dedicasse a um ramo único da produção, onde nele aplicasse todas as suas forças e atividade, procurando produzir o máximo possível daquele produto. A compreensão era que ao distrair os braços que necessitava

para o ramo da lavoura em plantações e misteres diversos, o agricultor não só “desfalcava o pessoal em algumas atividades”, como ainda estes trabalhadores não conseguiriam “tomar a ligeireza e perfeição que a repetição constante do hábito de uma operação o fazia ganhar”. O agricultor concentrando suas forças em um ramo único de produção aplicava suas forças só para aquela atividade, melhorava os instrumentos, simplificava os trabalhos e acumulava experiências de cultivos anteriores. Assim habituaria os trabalhadores a um gênero de operação, sem contar que fomentaria o comércio, pois este agricultor necessitaria adquirir outros gêneros que não produziam, dinamizando a oferta e aquisição de produtos no mercado e aumentando as rendas públicas com os impostos sobre as transações comerciais, destacava o periódico da SAP (*O AGRÁRIO*, 13/10/1885, p. 01).

Com o título, *O trabalho mais produtivo*, publicado na edição de 13 de outubro de 1885 de *O Agrário*, os editores destacavam a importância da produção como meio de proporcionar o progresso do país e a prosperidade humana. No entanto, advertia-se para a produção de bens úteis e que promovesse uma riqueza duradoura. Diziam que quanto maior fosse à produção desses bens úteis, mais fácil e suave a existência da grande massa da sociedade, que não possuía riquezas, que vivia do trabalho e que suportava o peso do dia, do calor e das intempéries. Ou seja, estabelecia-se a relação entre a produção material e o bem-estar da sociedade.

Repetindo antigos discursos, a agricultura aparecia como a primeira de todas as atividades úteis à vida humana, isto por que seria a responsável por alimentar e nutrir os homens e os animais domésticos que o serviam, que produzia as matérias primeiras necessárias para o comércio, e que fornecia trabalho a boa parte da população de todo o mundo. No caso do Pará, estas questões passaram a ser associadas ao que os editores chamavam de “a prodigiosa fertilidade do nosso abençoado território”, numa referência a defesa da agricultura, pois a região apresentava grandes extensões de terras próprias para o cultivo.

Outra questão dizia respeito à necessidade de não mais a economia da província depender da atividade extrativa. A discussão se voltada para a problemática sobre em que consistia a maior parte da riqueza do Pará. A criação da sociedade agrícola, para parte de seus idealizadores, se propunha a reverter o que se considerava como “aberração dos princípios econômicos”, isto por que a borracha “havia se constituído em produto cujo valor não estava na razão do trabalho, da cultura e da inteligência do operário”, pois era apontado como produto facilmente adquirido por quem se dedicasse a sua extração (*O AGRÁRIO*, 13/10/1885, p. 01).

A atividade extrativa era ainda acusada de ser responsável em desviar braços do trabalho agrícola. Diziam os agricultores que os colonos do Pará levados pela facilidade e pelo valor do

gênero desprezavam todo o ramo de indústria. Esse desprezo seria tanto que no inverno, não podendo extrair a goma elástica, estes passavam boa parte do tempo em repouso consumindo o pouco ganho com a extração.

A necessidade de promover uma política de introdução de braços para o cultivo, a defesa da criação de instituições de crédito e importação de máquinas e implementos agrícolas parece, portanto, direcionar a associação paraense para assumir um papel de intervenção mais direta junto aos agricultores da província. Ao mesmo tempo, exigia um posicionamento quanto a outras práticas produtivas, o que poderia indispor os agricultores a outros segmentos da economia do Pará. Esta situação pode explicar a mudança no posicionamento da sociedade quanto à relação entre a agricultura e extração.

Nas edições de *O Agrário*, dos meses posteriores, novembro daquele ano, 1885, e dezembro do ano seguinte, embora se estabelecesse críticas à atividade extrativa, esta ficava circunscrita ao pouco período de prosperidade junto aos produtores, pois se entendia que a procura do produto no mercado externo não seria duradora. Além do que, o extrativismo não possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas do homem, nem tão pouco promoveria a modernização de técnicas. Neste caso, se apontava a agricultura, como atividade milenar e responsável por dar a segurança econômica que a província necessitava, pois a compreensão era que os produtos agrícolas seriam constantemente valorizados no comércio internacional, permitindo ainda o constante processo evolutivo da lavoura e aperfeiçoando os produtos dela resultante.

Embora se estabelecesse uma crítica à atividade extrativa, se observa algumas ponderações, que apontava para uma manutenção da atividade extrativa sem o abandono da agricultura. O recuo do posicionamento da sociedade quanto à extração evidencia a força política que os seringalistas, proprietários de terras de seringais, exerciam, inclusive na própria associação, uma vez que parte dos associados eram agricultores, mas ligados aos negócios da borracha. Como exemplo, Hidelbrando de Miranda que embora não sendo seringalista, sua família estabelecia estreitos laços comerciais com Francisco da Silva Castro e Francisco Gaudêncio da Costa, identificados como negociantes que se colocavam como alguns dos maiores exportadores de goma elástica do Pará (BATISTA, 2014, p. 189).

Esta situação pode ter direcionado a atuação da SAP a restringir a sua atuação na defesa de princípios instituídos quando da sua fundação, não se contrapondo diretamente a atividade extrativa. Isto é observado nas sessões da entidade e nos conteúdos dos artigos publicados em seu periódico. Destaca-se agora, como finalidade da associação, auxiliar os agricultores, levando em consideração as suas necessidades, a migração, a aquisição de máquinas, modelos e inventos “que pudessem

contribuir para o aumento e a prosperidade da indústria da província” (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

Referências

ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002. Disponível: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285874/1/Andrade_AndreLuizAlipiode_M.pdf

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: *Anais do XIII Encontro de História da Associação Nacional de História-Rio: Identidades*, cidade de Seropédica, ano 2008, p. 01-08. Disponível: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGO_REVISADO.pdf

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Belém: Editora Açai, 2014.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. Belém, Editora Universitária, UFPA, 1996.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: *Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: Atos, sujeitos sociais controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002. Disponível em: http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=89

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MATOS, Ana Maria Cardoso de. Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. In: *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, p. 397-412.

MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: FIEPA/SESI/SENAI/IDEPAR/IEL, 1989.

O AGRÁRIO. Orgão da Sociedade Paraense de Agricultura. 1885-1886. Hemeroteca Digital: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819395&pesq=>

PERUGINE, Edna. *A Palavra Indústria na Revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833 – 1843)*. São Paulo, 1978.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. *Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravos (1822-1888)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062010-170750/es.php>

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas, 1400-1700*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877*. 1979. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

TOURINHO, Antonieta de Campos. *A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 1982. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1982._tourinho_maria_antonieta_de_campos._o_imperial_instituto_baiano_de_agricultura._a_instrucao_agricola_e_a_crise_da_economia_acucareira_na_segunda_metade_do_seculo_xix.pdf

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Idéias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ-IFCH, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.bdttd.uerj.br/tde_arquivos/17/TDE-2008-12-05T085429Z-392/Publico/Dissert%20Inoa.pdf